

# Raça e classe como relações dialeticamente conectadas

Vítor de Souza Costa<sup>1</sup>  
Gustavo Melo Novais da Encarnação<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca integrar as discussões correntes sobre a necessidade ou não de estabelecer uma precedência de análise entre relações sociais, exemplificando tal questionamento a partir da raça e da classe. Executa-se uma análise desde a categoria teórica de formação social e desdobra-se em uma leitura histórica que confronta a presença da racialização e da proletarização como conceitos relacionados e com profundas similaridades. Conclui-se defendendo uma leitura não hierárquica destas relações sob o risco de fragilizar ou empobrecer a capacidade analítica da realidade e, portanto, das dinâmicas de opressão ou mesmo das movimentações de resistência e subversão da realidade.

**Palavras-chave:** Raça. Classe. Formação Social. Relações Sociais.

**Abstract:** This article aims to integrate current debates over the necessity or not to establish an analytical precedence among social relations, making an exemplification of its question from race and class relations. An analysis is executed from the theoretical category of social formation and it is unfolded by a historical comprehension that faces the presence of racialization and proletarianization as related concepts and deep similarities. It is concluded by defending a non-hierarchical understanding of its relations due to risk of weaken or impoverish the analytical capacity of reading the reality and, therefore, the dynamics of oppression or even the resistance movements and reality's subversion.

**Keywords:** Race. Class. Social Formation. Social Relations.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Relações Internacionais (RI) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio).

<sup>2</sup> Doutorando em Administração (NPGA-UFBA). Mestre em Relações Internacionais (PPGRI-UFBA).

## Introdução

Raça e classe como adição, oposição ou hierarquicamente iguais? A compreensão teórica sobre relações sociais de caráter estrutural e a produção de relações de sociabilidade organizadas por tais marcadores têm levantado diversos questionamentos sobre como se deve construir uma leitura da realidade. Com o interesse de colaborar com a reflexão sobre as discussões em torno da necessidade ou não de uma precedência entre uma ou outra, o presente texto faz o esforço de conectar categorias teórico-conceituais e interpretações históricas das conexões de raça e classe.

Na primeira seção, reflete-se sobre categoria de formação social como importante formulação dentro da teoria marxista. Recorre-se à abstração teórica para demonstrar a amplitude e a complexidade que tal categoria sustenta como forma de compreender as relações sociais. Dentro desta reflexão, aponta-se que falar de um modo de produção não deve significar falar apenas das condições econômicas de produção, pautando a conexão entre classe e raça como constitutivos da formação social no capitalismo.

Na segunda seção, aprofunda-se a reflexão sobre a relação dialética e constitutiva entre raça e classe. A partir de leituras sobre processos históricos do capitalismo moderno e de contribuições diversas sobre a importância da categoria de raça para compreensão da sociabilidade, defende-se que as características estruturantes que se desdobram em relações sociais de caráter material não devem ser vislumbradas de maneira hierarquizada por compreender através do exemplo mobilizado que tais relações sociais se (re)produzem historicamente de maneira associada, ainda que relativamente autônomas.

O texto conclui defendendo que raça e classe são duas categorias históricas que, na modernidade capitalista ocidental, são constituídas dialeticamente associadas e, por isto, defender precedência ou primazia conceitual não tensiona, mas enrijece, os limites da leitura crítica da realidade com vistas à emancipação.

## A complexidade da formação social

Uma das principais preocupações da concepção teórico-metodológica denominada marxismo é a compreensão das relações de produção no âmbito das formações sociais. Por formações sociais, compreendem-se os espaços e delimitações geográfico-temporais nos quais estão em vigência e predominam determinados modos de produção. Nesse sentido, as formações sociais não são sociedades em abstrato, idealizadas, mas materializações das relações sociais, estando em um processo dialético com a história. Louis Althusser, filósofo marxista argelino, sustenta o caráter científico deste conceito, afirmando que

não se trata de substituir simplesmente uma palavra por outra. O conceito de formação social é um conceito científico enquanto faz parte de um sistema teórico de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de “sociedade”. Não podemos desenvolver agora esse sistema de conceitos em que o conceito de produção desempenha o papel central.

Digamos, simplesmente, para sermos compreendidos por todos e por cada um, que uma formação social designa toda “sociedade concreta” historicamente existente, e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí. É assim que se pode falar das formações sociais ditas “primitivas”, da formação social romana escravista, da formação social francesa de servidão (“feudal”), da formação social francesa capitalista, de tal formação social “socialista” (em vias de transição para o socialismo), etc. (ALTHUSSER, 2008, p. 41)

As formações sociais, assim sendo, são os locais nos quais o modo de produção (no caso da análise proposta aqui, o capitalista) se reproduz, sempre levando em consideração as relações internas e externas à determinada formação social. O modo de produção, de acordo com a tradição marxista, compreende todas as formas de se produzir riquezas numa determinada limitação geográfico-temporal, sendo que podem coexistir dois modos de produção distintos em uma mesma formação social, havendo a predominância de um modo sobre outro (o modo de produção escravagista e o capitalista, por exemplo, sendo que, via de regra, a predominância se materializa em torno e pelo segundo no âmbito da economia mundial<sup>3</sup>, pelo menos desde a ascensão da chamada “modernidade”).

Marx e Engels, referências centrais e iniciais do materialismo histórico-dialético (método de análise da realidade concreta) preocuparam-se em verificar e contribuir a partir das suas obras não só, mas predominantemente, o modo de produção capitalista a partir da elaboração de conceitos e categoriais fundamentais desse modo de produção em questão. Tendo isso em vista, chamam a atenção no sentido da característica totalizante do modo de produção capitalista, que extrapola as relações primeiras do processo produtivo (produção

---

<sup>3</sup> O conceito de economia mundial, aqui adotado, refere-se à compreensão das relações entre os Estados nacionais e a reprodução do capitalismo mundialmente (com outros Estados nacionais), haja vista a sua constante necessidade de expansão e reprodução, distinguindo as diferenças existentes entre os papéis desempenhados por tais Estados na dinâmica do capitalismo (em relação a condição central ou periférica. A seguinte passagem, na obra *A economia mundial e o imperialismo*, do teórico e revolucionário russo Nikolai Bukharin, traz à tona essa questão: “A luta dos Estados nacionais, que é apenas a luta entre grupos da mesma ordem da burguesia, não cai do céu. Não se poderia considerar esse choque gigantesco como uma colisão de dois corpos no espaço material. Muito pelo contrário, ela é condicionada pelo meio particular em que vivem e se desenvolvem os ‘organismos econômicos nacionais’”. Estes últimos deixaram, há muito tempo, de ser um todo fechado, “economias isoladas”, à moda de Fichte ou de Tunin. Fazem parte de uma esfera infinitamente mais ampla: a economia mundial. Assim como toda empresa individual constitui uma parte componente da economia nacional, cada uma dessas “economias nacionais” é também parte integrante do sistema da economia mundial.”) (BUKHARIN, 1984, p. 17).

de mercadorias), permeando assim todas as outras esferas da reprodução social, abarcando os processos de produção a criação de condições pelas quais ele pode continuar ocorrendo (BOTTOMORE, 2012, p. 471).

Uma das características fundamentais do modo de produção capitalista é a sua reprodução baseada na necessidade de acumulação do capital, sendo que este configura-se como um processo, devendo ser analisado como tal, levando em consideração os seus aspectos históricos e materiais, e não sendo considerado como uma coisa pura e abstrata. Para a análise rigorosa da economia mundial, é *mister* a compreensão de que o processo de produção e acumulação do capital envolve diversos outros processos que, nesse sentido, estão numa relação dialética com o processo produtivo e o processo de reprodução social.

Alguns conceitos e categorias devem, portanto, ser observados para a melhor compreensão das dinâmicas que fazem parte da acumulação do capital. A base central para a acumulação é o processo de extração do mais-valor (MARX, 2017a; 2017b; 2017c), que se configura a partir do trabalho aplicado no processo de reprodução do capital (e a produção de determinado valor), sendo esse trabalho não remunerado, tendo como base a divisão de classes entre a burguesia e o proletariado. Ou seja, o dispêndio de força de trabalho por parte da classe trabalhadora, baseado na exploração e superexploração dessa mesma força de trabalho, é a força motriz do acúmulo de capital.

Porém, como sustentado no presente texto, o alcance do capital não se exaure no processo produtivo, imbricando-se em toda a dinâmica da reprodução social (as relações de trabalho, comerciais, ideológicas, familiares, afetivas, psicológicas etc.), no âmbito dos processos infraestruturais e superestruturais<sup>4</sup> do modo de produção capitalista.

---

<sup>4</sup> Aqui, não se objetiva a realização de uma leitura mecanicista da infraestrutura (o processo produtivo) e da superestrutura (as relações político-ideológicas), mas a observação da dinâmica entre elas de forma dialética, levando em consideração as interrelações entre as duas esferas, cujas mudanças não podem ser observadas sem a

Portanto, diversas são as formas de alcance do capitalismo em relação aos sujeitos, que se situam historicamente nas formações sociais a partir da sua posição na luta de classes. A reprodução baseia-se, também, nas denominadas formas sociais, que podem ser compreendidas como as formas pelas quais manifestam-se na totalidade da sociabilidade os parâmetros (sempre de forma dialética) de tal processo de reprodução.

Na concepção do filósofo do direito brasileiro Alysson Mascaro, que faz um amplo debate sobre as formas de representação do modo de produção capitalista, as formas sociais, em síntese, podem ser compreendidas a partir da seguinte questão:

com o desenvolvimento das relações capitalistas, é possível compreender um vínculo necessário entre o processo do valor de troca e determinadas formas que lhe são necessariamente correlatas, tanto no nível social quanto no político e no jurídico. As interações entre os indivíduos não mais se estabelecem por meio de junções imediatas aleatórias ou mandos diretos ocasionais ou desconexos, mas por intermédio de formas sociais que possibilitam a própria estipulação e inteligibilidade das relações e que permitem a reiteração dos vínculos assumidos. A reprodução social não se constitui apenas de atos isolados ou meramente dependentes da vontade ou da consciência dos indivíduos. Para utilizar uma expressão de Marx, pelas costas dos indivíduos passa uma série de constructos sociais. (MASCARO, 2013, p. 24)

Ou seja, esses constructos sociais pelos quais os sujeitos (indivíduos, nas palavras do autor supracitado) passam, são permeados e tensionados, a todo momento, pelas formas sociais estabelecidas no âmbito do modo de produção em questão. Os contratos de trabalho, por exemplo (no que tange às relações de trabalho assalariadas), pressupõem a existência de uma forma jurídica. A representação dessa

---

devida atenção ao processo histórico na qual estão inseridas.

forma jurídica em relação ao sujeito o coloca enquanto “sujeito de direito” (nesse caso, o proletariado), que aliena a sua força de trabalho momentaneamente para o capitalista, com o objetivo de garantir a sua subsistência (reproduzirem-se socialmente).

Por sua vez, o capitalista, por meio da forma jurídica contratual, compra a força de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores com o intuito de aplicá-la no processo produtivo e, a partir daí, extrair mais-valor. Nesse sentido, o autor continua

a apropriação do capital, a venda da força de trabalho, o dinheiro, a mercadoria, o valor são formas constituídas pelas interações sociais dos indivíduos, mas são maiores que seus atos isolados ou sua vontade ou consciência. Formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais, objetificando-as. Trata-se de um processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas acabam por ser suas balizas necessárias. (MASCARO, 2013, p. 24)

Como colocado acima por Mascaro, estão em uma relação dialética as formas sociais e as relações sociais, sendo assim desde os primórdios do modo de produção capitalista, possuindo um sentido bastante específico no desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Um dos processos citados por Marx (2017a), ainda no primeiro tomo de *O Capital*, é o fenômeno da *acumulação primitiva*. Esse processo, como será abordado na seção seguinte, mais do que somente a gênese do modo de produção capitalista, é um processo violento e contínuo para a acumulação do capital, servindo como alicerce para a expansão das formações sociais que hoje compõem a centralidade da economia mundial (países colonizadores), em relação às demais formações sociais no âmbito da periferia capitalista, permitindo, assim, a perpetuação da acumulação do capital.

Assim, fazem parte do processo de acumulação primitiva a invasão, dominação e colonização de formações sociais (sobretudo

as hoje conhecidas como África e América Latina), haja vista que as relações de produção desenvolvidas no âmbito desses espaços, a partir desses processos citados acima, propiciaram as potencialidades de acumulação dos países centrais, a partir de diversos fatores, como a escravização de diversos povos e a expropriação dos recursos naturais.

Nesse sentido, foi estabelecida a sustentação da diferenciação de raças, a partir do estabelecimento dos conceitos de “branco europeu civilizado” e dos “povos não-brancos primitivos”, justamente para, além de elaborar uma divisão racial do trabalho, configurar arquétipos político-ideológicos que sustentem essa questão. Para Mascaro,

no que tange à raça, a ação estatal apenas parece se plantar em dados de origem biológica. Ocorre que toda narrativa de raça é uma reconstrução político-social em torno do sangue ou da pele. De algum modo, revela, inclusive, um padrão de preconceito que vai imanente com as noções de respeito e admiração ao capital. (MASCARO, 2013, p. 105).

Apesar da imanência da raça em relação ao capital apontada por Mascaro, sua explicação nos leva a imaginar certa condição acessória nessa situação. Portanto, reivindica-se a atenção à questão da imanência. A raça não se conforma como relação social hierarquizante pela presença ou ausência do capital, mas é relação social hierarquizante porque se constitui historicamente organizando a presença ou ausência do capital.

Sendo assim, essa “reconstrução político-social” no processo de acumulação primitiva (e, portanto, de desenvolvimento histórico do capital), teve como objetivo o estabelecimento hierarquizante de diferenças raciais para a exploração de negras, negros, indígenas e demais povos originários e etnias pertencentes às formações sociais anteriores ao processo de colonização, e continua a se perpetuar na contemporaneidade, utilizando-se de formas sociais historicamente

diferentes como objeto de legitimação para a racialização. Para o sociólogo Stuart Hall, por exemplo,

Tanto no caso de gênero, quanto no de racialização – seja o último concebido basicamente em termos genéticos e biológicos, ou étnicos e culturais – a natureza é o curinga: o significativo silencioso, o referente através do qual o sistema de hierarquias se apresenta como “natural” e fechado. Assim, a racialização desempenhou um papel crucial – embora historicamente mutante – na colonização e nos sistemas pós-coloniais de poder (HALL, 2016:55).

Tendo em vista a dimensão do papel do processo de racialização no desenvolvimento histórico do modo de produção em escrutínio no presente texto, o objeto de análise da seguinte questão envolve esta dinâmica, haja vista que é importante salientar a necessidade do debate entre relações de raça e classe no âmbito da teoria marxista, com o objetivo de construir uma análise voltada para a compreensão sem vícios e dogmatismos e com potencialidade para o desenvolvimento radical da práxis.

## **Raça, classe e reprodução histórica**

A construção da raça como mecanismo de controle do trabalho e de estratificação social desde o mercantilismo colonial foi fundamental para conformar o que entendemos hoje como divisão internacional do trabalho, reflexo direto das relações colonialistas e imperiais protagonizadas pelas elites das metrópoles e colônias, assim como pelas burguesias centrais, pelas frações internas localizadas na periferia e difundidas pelas instituições multilaterais e agências financeiras que cumprem papel de construção ideológica do projeto de desenvolvimento capitalista.

O argumento que trazemos neste tópico busca compreender que, assim como a classe, a raça se coloca como uma relação social que assume posição estruturante na sociabilidade capitalista moderna. Defendemos que, apesar de ser possível observar raça e classe em sentido estrito, a interconexão histórica entre as duas relações demanda uma análise que não evoque precedência essencial para interpretação da realidade, sob o risco de subdimensionar suas expressões. Assim, o sentido histórico de reprodução do capitalismo depende diretamente da raça para a concretização das condições de realização deste processo.

Em Marx (2013) temos um conjunto de ações que caracterizam como se deram os processos que viabilizaram *a assim chamada acumulação primitiva*, a qual se conecta diretamente com elementos da categoria raça, entendendo que de uma perspectiva de análise desde a periferia do capitalismo, em específico da América Latina, a classe é produzida a partir da divisão social da propriedade que estabelece as condições de criação do capital, e é a partir da dinâmica de raça que se determinam as condições desta divisão da propriedade. Interpretações que se fizeram sobre o conceito trazem dois aspectos fundamentais e que destacam este cruzamento de relações.

A primeira delas é a noção cunhada por David Harvey (2006, p. 98-9) sobre acumulação por espoliação, que define tal processo como uma relação de despossessão<sup>5</sup>, que tem como intuito manter o ciclo expansivo do capital através da mobilização do aparato coercitivo do Estado para, enfim, absorver áreas que não estariam integradas ao sistema capitalista e apropriá-las a partir da proletarianização de sujeitos e/ou grupos sociais inteiros que são vítimas da apropriação legitimada de propriedade, bens da Natureza etc. É uma interpretação que, informada pela formulação marxiana, reforça uma característica central do conceito: a tomada do território, comumente executada por meios violentos, significa a espoliação dos meios de produção coletivos

---

<sup>5</sup> Neste artigo utilizaremos *acumulação por espoliação* e *acumulação por despossessão* como sinônimos por serem traduções correntes do conceito desenvolvido por David Harvey.

em direção a uma propriedade privada e particular, empurrando os espoliados à condição de proletários – reflexão que voltaremos adiante (MARX, 2013, p. 786; GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 14).

Entretanto, Guilherme Gonçalves e Sérgio Costa apresentam uma segunda leitura de um aspecto fundamental da acumulação e que tem grande valia para os tempos correntes. Se em Harvey, conectado a muitas outras importantes leituras do conceito, existe uma diferenciação entre o que está integrado ou não ao sistema produtivo como limite fundamental do sentido da acumulação por despossessão, os autores refletirão que esta diferenciação não sintetiza adequadamente a dinâmica da acumulação primitiva enquanto movimento contínuo. O que eles apresentam, e que para nós ganha um sentido analítico fundamental, é que no desenvolvimento das forças produtivas, todo espaço estava integrado ao sistema produtivo. A importante observação é que o Estado é o ente relacional que produz a mercantilização de certos territórios, complexamente mediado por seu caráter de classe e sua autonomia relativa (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 17; 32)

Assim, compreendemos mais uma forma de integração histórica entre raça e classe. Se, como propõe Aníbal Quijano (2005, p. 118), compreendemos raça como relação social direcionada a legitimar a invasão, controle do território e do trabalho, ainda que relativamente autônoma da classe, a categoria determina hierarquias sociais, imbrica infraestrutura e superestrutura no contexto periférico e conforma uma clivagem: de um lado, o branco europeu (colono-senhor e/ou burguês) e de outro, os negros e indígenas (escravizados e/ou proletários) (GONÇALVES; COSTA, 2020, p. 34; MASCARO, 2013, p. 26-7). O primeiro, acumulador de todo o valor produzido, os seguintes, despossuídos, impedidos de usufruir do valor produzido por seu trabalho e da permanência em seu território originário. Assim, também, instituem-se marcadores de humanidade. Como explica Clóvis Moura (2020, p. 179, grifos do autor):

Nos países poliétnicos, formados em consequência dessa expansão do colonialismo, essas populações foram alocadas inicialmente em espaços sociais delimitados rigidamente pelas forças dominadoras que estabeleceram o papel, o *status* e a função de cada uma no processo de trabalho e o seu nível de valorização social e étnica. Dessa forma, não houve uma redistribuição populacional horizontal, igualitária, mas ela foi verticalizada socialmente à medida que as sociedades dominadas pelo colonialismo se diversificavam internamente e ficavam estruturalmente mais complexas. Essa distribuição populacional realizou-se dentro de padrões étnicos impostos pelas metrópoles. Houve, portanto, uma imbricação entre etnia e status, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturais.

E o fato de Moura apontar que a dialética social permeada por aspectos de raça e classe se desenvolve nas “sociedades dominadas pelo capitalismo” desde “padrões étnicos impostos pela metrópole” isto também reflete aspectos de raça e classe que produzem os grupos sociais dominantes no contexto do capitalismo global.

Se Marx (2010, p. 41) sinaliza que a descoberta e colonização da América, a circum-navegação do continente africano, além dos mercados no Oriente e do comércio colonial foram essenciais à formação da burguesia no contexto da Europa, estamos em contato, portanto com eventos históricos que tiveram, na ideia de raça, uma das formas essenciais de diferenciação naquele contexto. Para a história da América Latina, especificamente, estamos falando de um contexto onde o comércio baseado na triangulação entre África-América-Europa; isto é, o sequestro e tráfico de pessoas para serem escravizadas<sup>6</sup>, a sua escravização, o seu trabalho transformado em produção e o usufruto dos produtos-mercadoria e a acumulação do

---

<sup>6</sup> “[H]omens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda”, nos termos de Achille Mbembe (2018 [2013];14).

produto-valor. Assim, a formação do que se entende por burguesia se dá relacionada intimamente à construção das noções raciais de diferença que eram mobilizadas para garantir o sucesso do capitalismo nascente na Europa.

E essa noção de raça como mecanismo de diferença pode ser visto por algumas nuances. Mbembe (ibidem, p. 13; 21) defende que *raça* e *negro* são categorias que surgem como sinônimas, portanto com a mesma função histórica que, enquanto “[p]roduto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo”, faz do negro e/ou mobiliza a raça significando “exclusão, embrutecimento e degradação” onde a “carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria”. E aqui recorreremos à Mbembe, pois esta percepção sobre a raça de maneira indissociada do capitalismo nos permite avançar em nossa reflexão.

A priori, nos importa entender que a categoria de raça se consolida tendo três leituras importantes para sua interpretação: a) de acordo com o racismo científico, característico do pensamento ocidental moderno, pressupõe “natureza imanente, da qual emana um determinado caráter, uma determinada psicologia, uma determinada capacidade intelectual” (GUIMARÃES, 2003, p. 99); b) a partir de uma dimensão sociológica, enquanto conjunto de “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue” (ibidem, p. 96), e; c) através de uma síntese entre produção teórica e práxis militante de movimentos sociais que trabalham a categoria através da interação entre o social e o político,

atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. [...] [C]onsiderando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (GOMES, 2005, p. 47).

Assim, podemos entender que numa perspectiva antirracista do uso da categoria raça, muitas são as características e dimensões observadas para compreender os signos subjetivos e os elementos materiais que a formatam como experiência e como identidade posicionada historicamente e espacialmente. No discurso que objetiva a dominação, não se esquecem essas múltiplas características. Essas características, no entanto, não são vistas por sua condição de produtos históricos resultantes de relações sociais contextuais, mas por um ponto de vista essencialista, e que recorre a aspectos biológicos, subjetivos e culturais que sustentam uma posição determinística das hierarquias, da desumanização e da moral evolucionista.

E neste sentido, a reinvenção de métodos do racismo científico representa também a visualização de um sentido histórico que por ele pode ser projetado. A partir destes aspectos, recorreremos à ideia de *devoir negro do mundo*, como proposta por Achille Mbembe (2018, p. 17), apontando que “os riscos sistemáticos aos quais os negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas”. Isto significa que a equivalência entre *raça* e *negro*, como proposta por Mbembe e o fenômeno de universalização da condição negra, implica em visualizar que o já abordado sentido histórico do capitalismo vai seguir expandindo a criação política dos *outros* que permitem fortalecer a condição do *eu*, o projeto capitalista-racista-patriarcal da modernidade ocidental.

E a posição do proletariado em relação ao capital é um dos meios pelos quais se concretizam o *devoir negro do mundo*. Isto porque os proletários são aqueles que “vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital”, sendo transformados em “um mero apêndice da máquina” (MARX, 2010, p. 46). Com o aspecto da desterritorialização provocado pela permanência da espoliação, temos o sentido de proletarização como um sentido comum também. As ameaças sofridas pelos povos indígenas em relação à perda de seus territórios são apenas um exemplo de grupos

sociais que podem ser proletarizados, mas assim como a acumulação primitiva é um processo contínuo, mecanismos como a gentrificação urbana, digitalização dos serviços, revisões legais de legislações trabalhistas, ambientais e de direitos humanos etc., são representativos de como a condição social do proletariado se redimensiona, ou melhor, se expande pela expansão da precarização.

O objetivo dessa conexão entre *devoir negro do mundo* e proletarização é apontada com o sentido de mostrar que não existe, efetivamente, um espaço prioritário de análise da subalternidade. Se muitos elementos da acumulação primitiva de capital podem ser observados desde a perspectiva racial, ainda que seja um conceito comumente lido enquanto econômico, o conceito proposto por Mbembe encontra suas associações na dimensão de classe, categoria que por muitas vezes é entendida como não enquadrada nos aspectos da política ou da cultura. Essa observação resulta de uma tentativa de apontar as produções históricas comuns de cada uma das categorias, já que evocar uma precedência desenvolveria, em último caso, “a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais”, como aponta a pedagoga Nilma Lino Gomes (2005, p. 45).

Neste ponto, a ligação entre *devoir negro do mundo* e a proletarização pode ser vista em momentos históricos que condensam elementos importantes para a história atual. O medo de insurreição foi algo que atormentou as metrópoles coloniais ao longo do século XIX. No caso do Brasil, a abolição tardia acontece sem que as classes dominantes deixem de articular uma transição que atenda aos interesses das forças imperialistas e que “os antigos membros da classe senhorial encontrem no trabalho livre a continuidade e a manutenção dos seus privilégios existentes durante o escravismo” (MOURA, 2020, p. 123).

E se o medo de insurreições no Brasil marcou, inclusive, o imaginário dos representantes abolicionistas (MISKOLCI, 2013, p. 17), isso marcou a transição do trabalho escravo para o trabalho dito livre nas colônias inglesas. Isto porque um dos objetivos centrais do

ato de abolição buscava disciplinar os ex-escravos para se adequarem ao trabalho industrial, no qual a boa conduta seria o caminho para a alforria. Neste sentido, foi estabelecido um sistema de aprendizagem [*apprenticeship system*] em que os trabalhadores aprenderiam tais modos com seus senhores, mantendo uma relação colonial, servil e racista diretamente vinculada à posição de um grupo social ou indivíduo à cadeia produtiva (SHILLIAM, 2020, p. 15).

Reforçamos, então, que mesmo uma leitura em sentido estrito deve estar atenta à posição relacional das categorias e entender que isso se concretiza em diferentes experiências para quem vive a realidade social de estar enquadrado nesta intersecção. No caso específico da relação entre raça e classe, o que tentamos pontuar é, por um lado, a raça como categoria formadora da classe, já que a *classe em si* não pode mais ser reduzida a uma condição abstraída somente na posição em que o sujeito ou grupo social se integra aos meios de produção, mas apontando que existem diversas expressões dessa integração à cadeia produtiva de acordo com a experiência racial. Por outro lado, o *devoir negro do mundo* significa também a existência de um *devoir* proletário; isto é, a radicalização dos mecanismos de hierarquização do trabalho, a coisificação do trabalhador, e a universalização de uma experiência proletária que sempre existiu às margens do trabalho formal. Retroalimentam-se, portanto, as dinâmicas de exploração.

## Conclusão

Discutiu-se ao longo deste texto a categoria marxista de formação social entendendo que sua amplitude teórica permite entender aspectos das relações sociais que por muito tempo foram tidos como aspectos os quais o marxismo teria profundas limitações de lidar ou avançar em explicações. Defendeu-se que a formação social se apresenta para além de uma proposição teórica que só é capaz de dialogar com elementos econômicos da sociedade, o que reforçaria os limites metodológicos entre economia e política ou cultura. Avançou-se executando uma

leitura histórica das conexões entre as relações sociais de classe e raça, como relações sociais que se produzem associadamente e que, numa tentativa da leitura da totalidade, devem ser abordadas de maneira interdependente.

Uma das principais proposições aqui colocadas é de que a observação feita ente raça e classe seja útil a aprofundar a leitura de relações sociais vinculadamente. Um dos engajamentos que nos dedicamos foi o de pensar para além dos limites do trabalho industrial para entender questões relativas à classe trabalhadora, mas também de reforçar os vínculos de classe que consideramos ser essenciais para compreender a construção histórica das racializações subalternas, em especial do povo negro que em suas experiências históricas alargam os significados da emancipação, e o que efetivamente se constitui como exercício da liberdade (DAVIS, 2018; SHILLIAM, 2020, p. 18; MBEMBE, 2018, p. 21). Por fim, ressaltamos que esta análise é debitária da produção intelectual e da prática política das feministas negras<sup>7</sup>, que através do conceito de interseccionalidade – antes ou depois de sua sintetização por Kimberlé Crenshaw –, contribuem para a compreensão e capacidade de intervenção na realidade – e que, para nós, se relaciona positivamente com as contribuições da tradição radical negra marxista.

---

<sup>7</sup> Aqui, ressaltamos as figuras de Lélia Gonzalez, Angela Davis, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes em nome de todas aquelas que, na construção teórica ou na práxis política, ensinaram formas de construir a luta emancipatória. Fica também o débito de um artigo que centralize a mobilização de produção das feministas negras em específico, para analisar como o tensionamento teórico com o marxismo pode nos dar mais resultados sobre o questionamento levantado e a radicalização das possibilidades revolucionárias também a partir da formulação teórica.

## Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- DAVIS, Angela Y. Lectures on Liberation. In: ROBERTS, Neil (ed.). *A Political Companion to Frederick Douglass*. Lexington: University Press Of Kentucky, 2018. Cap. 4. p. 107-134.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In.: EDUCAÇÃO, Ministério da. Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: [s.n.], 2005, págs. 39-64.
- GONÇALVES, G; COSTA, S. *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 93-107, jan./jun. 2003. Semestral.
- HALL, Stuart. Diásporas, ou a lógica da tradução cultural. *Matrizes*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 47-58, set./dez. 2016. Trimestral.
- HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: Consejo.

- Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006. Págs. 19-70
- MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia-política: livro I – o processo de produção do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia-política: livro II – o processo de circulação do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia-política: livro III – o processo global da produção capitalista*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017c.
- MASCARO, Alysson. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- SHILLIAM, Robbie. The past and present of abolition: reassessing adam smith’s “liberal reward of labor”. *Review Of International Political Economy*, [S.L.], p. 1-22, 18 mar. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2020.1741425>.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.